



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Brasília-DF
Março/2025

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
BALANÇO PATRIMONIAL.....	13
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	13
NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	14
NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	14
NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	15
NOTA 06 – RESULTADO PATRIMONIAL	15

**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Márcio Luiz França Gomes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza

Alexandre Gomes Oliveira

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP foi criado pela Medida Provisória nº 1.187 de 13 de setembro de 2023, convertida em [lei nº 14.816](#) de 16 de janeiro de 2024. Este Ministério foi criado por desmembramento a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS, tendo como áreas de competência:

- I. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
 - a) empreendedorismo;
 - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
 - c) artesanato e microempreendedorismo;
 - d) educação empreendedora;
 - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos;
- II. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- III. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- IV. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- V. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;
- VI. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;
- VII. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;
- VIII. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de

regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;

- IX. registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- X. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;
- XI. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;
- XII. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;
- XIII. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa;
- XIV. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		8.340.158	5.470.046
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	6.809.765	1.495.195
Créditos a Curto Prazo	2	1.530.394	3.974.851
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	38.202	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	381.809.251	-
(-) Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	-381.771.049	-
Demais Créditos e Valores	2.2	1.492.192	3.974.851
Demais Créditos e Valores	2.2	1.492.192	3.974.851
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		1.007.816	809.057
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	1.007.816	809.057
Bens Móveis	-	1.007.816	809.057
Bens Móveis	-	1.011.555	809.057
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-	3.739	-
Intangível	-	-	-
Diferido	-	-	-
Total do Ativo		9.347.974	6.279.103

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		6.202.664	1.949.980
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	1.329.766	1.454.913
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	217.248
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	4.872.897	277.819
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	-	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	6.202.664	1.949.980
Patrimônio Líquido	5	3.145.311	4.329.123
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	5	3.145.311	4.329.123
Resultado do Exercício	5	- 1.183.813	4.207.806
Resultados de Exercícios Anteriores	5	4.329.123	129.526
Ajustes de Exercícios Anteriores	5	-	- 8.208
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.347.974	6.279.103

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	31/03/2025	31/12/2024
Ativo	9.347.974	6.279.103
Financeiro	6.809.765	1.495.195
Permanente	2.538.210	4.783.908
Passivo	1.130.730.149	1.200.645.966
Financeiro	1.130.587.464	1.200.637.757
Permanente	142.685	8.208
Saldo Patrimonial	- 1.121.382.175	- 1.194.366.862

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	31/03/2025	31/12/2024
Ativos	47.500	47.500
Garantias e Contragarantias Recebidas	47.500	47.500
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Passivos	15.090.519	6.176.520
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	9.489.218	4.206.466
Obrigações Contratuais	5.601.301	1.970.054
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Saldo Patrimonial	- 15.043.019	- 6.129.020

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	31/03/2025	31/12/2024
Recursos Ordinários	- 1.123.777.699	- 1.199.142.562
Recursos Vinculados	-	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	-	-
Fundos, Órgãos e Programas	-	-
Total	- 1.123.777.699	- 1.199.142.562

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2025	2024
Aumentativa	6.1	95.171.208	16.682.088
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.976	1.172
Exploração de Bens, Direitos e		6.976	1.172
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		94.913.957	16.466.831
Transferências Intragovernamentais		94.711.460	16.466.831
Outras Transferências e Delegações		202.498	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		250.276	214.085
Diversas Variações Patrimoniais		250.276	214.085
Diminutiva	6.2	96.355.021	12.785.173
Pessoal e Encargos		4.507.594	3.742.604
Remuneração a Pessoal		3.489.164	2.984.755
Encargos Patronais		505.708	420.510
Benefícios a Pessoal		445.342	328.741
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		67.380	8.598
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		11.068	4.435
Outros Benefícios Previdenciários e		11.068	4.435
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		3.071.301	605.208
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		3.067.561	605.208
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.739	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		1.412.270	655.248
Transferências Intragovernamentais		1.412.270	655.248
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.433.967	-
Desincorporação de Ativos		2.433.967	-
Tributárias		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		84.918.822	7.777.678
Subvenções Econômicas		84.918.721	7.777.678
Diversas Variações Patrimoniais		101	-
Resultado Patrimonial do Período	6	- 1.183.813	3.896.915

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.164.473	260.555
INGRESSOS	94.780.413	11.659.190
Outras Receitas Derivadas	189.269	-
Outros Ingressos Operacionais	94.591.143	11.659.190
Ingressos Extraorçamentários	-	30.810
Transferências Financeiras	94.523.161	11.413.122
Arrecadação de Outra Unidade	67.982	215.258
DESEMBOLSOS	- 89.615.939	-11.398.635
Pessoal e Demais Despesas	- 85.368.781	-10.351.809
Administração	- 4.652.372	- 2.574.131
Comércio e Serviços	- 80.716.409	- 7.777.678
Trabalho	-	-
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 697.134	- 357.427
Intergovernamentais	- 217.248	-
Intragovernamentais	- 479.886	- 357.427
Outros Desembolsos Operacionais	- 3.550.024	- 689.399
Dispêndios Extraorçamentários	-	- 34.151
Transferências Financeiras	- 1.412.270	- 655.248
Demais Pagamentos	- 2.137.754	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	150.096	-
INGRESSOS	150.096	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.314.570	260.555
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.495.195	656.949
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.809.765	917.504

Balanco Orçamentário

	Órgão			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	189.269	189.269
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	189.269	189.269
Capital	-	-	150.096	150.096
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	150.096	150.096
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	339.366	339.366
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	339.366	339.366
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	339.366	339.366
Déficit	-	-	15.597.089	15.597.089
Total	-	-	15.936.455	15.936.455

	Órgão					
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	25.040.235	25.040.235	15.936.455	4.525.050	3.080.709	9.103.780
Pessoal e Encargos Sociais	20.901.693	20.901.693	14.091.306	3.873.378	2.599.010	6.810.387
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.138.542	4.138.542	1.845.149	651.672	481.699	2.293.393
Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	25.040.235	25.040.235	15.936.455	4.525.050	3.080.709	9.103.780
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	25.040.235	25.040.235	15.936.455	4.525.050	3.080.709	9.103.780
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	25.040.235	25.040.235	15.936.455	4.525.050	3.080.709	9.103.780

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

	Órgão					
Restos a Pagar Não Processado	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.803.967	1.196.951.542	85.905.561	81.337.164	-	1.117.418.346
Pessoal e Encargos Sociais	-	267.027	237.583	237.583	-	29.444
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.803.967	1.196.684.515	85.667.978	81.099.581	-	1.117.388.901
Despesa de Capital	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Investimentos	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	2.139.043	1.196.951.542	85.905.561	81.337.164	32.658	1.117.720.763

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

	Órgão				
Restos a Pagar Processado	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	1.441.749	1.430.794	-	10.955
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.283.276	1.275.602	-	7.674
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	158.473	155.192	-	3.281
Despesa de Capital	-	217.248	217.248	-	-
Investimentos	-	217.248	217.248	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	-	1.658.997	1.648.042	-	10.955

Balanço Financeiro

INGRESSOS	NE	Órgão	
		2025	2024
Receitas Orçamentárias		339.366	-
Ordinárias		339.366	-
Vinculadas		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		94.523.161	11.413.122
Resultantes da Execução Orçamentária		6.793.667	11.266.394
Cota Recebida		6.793.667	11.266.394
Repasse Recebido		-	-
Sub-repasse Recebido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		87.729.495	146.728
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		85.622.004	146.728
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2.107.490	-
Aporte ao RPPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		12.923.727	49.260.252
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.444.341	1.276.144
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		11.411.405	47.738.041
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	30.810
Outros Recebimentos Extraorçamentários		67.982	215.258
Arrecadação de Outra Unidade		67.982	215.258
Saldo do Exercício Anterior		1.495.195	656.949
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.495.195	656.949
TOTAL		109.281.449	61.330.324

DISPÊNDIOS	NE	Órgão	
		2025	2024
Despesas Orçamentárias		15.936.455	58.935.097
Ordinárias		15.936.455	58.665.097
Vinculadas		-	270.000
Previdência Social (RPPS)		-	270.000
Transferências Financeiras Concedidas		1.412.270	655.248
Resultantes da Execução Orçamentária		1.412.270	439.990
Repasse Concedido		1.412.270	439.990
Sub-repasse Concedido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		-	215.258
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-	-
Demais Transferências Concedidas		-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais		-	215.258
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		85.122.960	822.474
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.648.042	788.323
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		81.337.164	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	34.151
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.137.754	-
Demais Pagamentos		2.137.754	-
Saldo para o Exercício Seguinte		6.809.765	917.504
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.809.765	917.504
TOTAL		109.281.449	61.330.324

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MEMP.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MEMP administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MEMP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de

serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Consolidação: Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MEMP, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MEMP porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MEMP:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Corregedoria

Ouvidoria

Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Limite de Saque	6.809.765	1.495.195	355%	100%
Total	6.809.765	1.495.195	355%	100%
Circulante	6.809.765	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Limite de Saque	6.809.765	1.495.195	355%	100%
Total	6.809.765	1.495.195	355%	100%
Circulante	6.809.765	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Empréstimos e Financiamentos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

O registro em 2025 refere-se à transferência de saldo das contas de Empréstimos Concedidos a Receber realizado entre as Unidades Gestoras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, conforme parecer nº 00468/2024/Conjur-

MDIC/CGU/AGU e Despacho nº 48654815 (processo 52315.001856/2024-38).

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Empréstimos Concedidos	381.809.251	-	100%	100%
Subtotal	381.809.251	-	100%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 381.771.049	-	100%	-100%
Total	38.202	-	100%	0%
Circulante	38.202	-		
Não Circulante	-	-		

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Os registros realizados pela União refletem exclusivamente da movimentação financeira informada pelo BNDES (agente operador do empréstimo). Os registros realizados pelo BNDES são impactados por pendências e deficiências nas informações prestadas pelos agentes financeiros do Programa ao BNDES. O BNDES, a União e Agentes financeiros estão realizando a conciliação do programa para ajustes de suas posições. A diferença observada entre o saldo devedor do extrato financeiro fornecido pelo BNDES e o valor registrado na conta de Empréstimos Concedidos refere-se às comissões pertinentes do BNDES.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
TED	1.335.920	3.769.887	-65%	90%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	156.272	204.964	-24%	10%
Total	1.492.192	3.974.851	-65%	90%

Circulante	1.492.192	3.974.851
Não Circulante	-	-

- i. **Adiantamento - TED:** Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020". As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MEMP encontram-se disponíveis em: <https://www.gov.br/memp/convenios-e-transferencias>.
- ii. **Adiantamento Concedidos a Pessoal:** Essa rubrica é composta basicamente pelo adiantamento de 13º, adiantamento de férias, pagamento antecipado de salários, auxílio-alimentação e auxílio transporte.

NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MEMP estão descritas na tabela abaixo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Salários, Remunerações e Benefícios	1.151.733	1.303.033	-12%	87%
Contribuições a Entidades de Previdência	174.275	148.453	17%	13%
Benefícios Previdenciários	3.759		100%	0%
Total	1.329.766	1.454.913	-9%	100%

Circulante	1.329.766	1.454.913
Não Circulante	-	-

NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Subvenções a Pagar	4.562.312	-	100%	94%
Consignações	280.252	266.864	100%	6%
Diárias a Pagar	19.379	-	100%	0%
Obrigações com Entidades	10.955	10.955	0%	0%
Total	4.872.897	277.819	1654%	100%

Circulante	4.872.897	277.819
Não Circulante	-	-

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Resultado do Exercício	- 1.183.813	4.207.806	-128%	-38%
Result. de Ex. Anteriores	4.329.123	129.526	100%	138%
Ajustes de Ex. Anteriores	- -	8.208	100%	0%
Total	3.145.311	4.329.123	-27%	100%

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 06 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **março de 2025** foi **deficitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão	
	31/03/2025	31/03/2024
Variação Patrimonial Aumentativa	95.171.208	16.682.088
Variação Patrimonial Diminutiva	96.355.021	12.785.173
Total	- 1.183.813	3.896.915

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MEMP, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	567.109.606	- 472.195.649	94.913.957
Transferências e Delegações Concedidas	473.607.919	- 472.195.649	1.412.270

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	27.287.415	- 10.820.584	16.466.831
Transferências e Delegações Concedidas	11.475.832	- 10.820.584	655.248

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MEMP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão	
	31/03/2025	31/03/2024
Transferências e Delegações Recebidas	94.913.957	16.466.831
Outras Variações Patrimoniais	250.276	214.085
Exploração de Bens e Serviços	6.976	1.172
Total	95.171.208	16.682.088

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MEMP, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão	
	31/03/2025	31/03/2024
Transferências e Delegações Concedidas	1.412.270	655.248
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	84.918.822	7.777.678
Pessoal e Encargos Sociais	4.507.594	3.742.604
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	3.071.301	605.208
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.433.967	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.068	4.435
Total	96.355.021	12.785.173